

36º Encontro Anual da Anpocs

GT 15: Gênero, deslocamentos, militâncias e democracia

Titulo: Marcha Mundial das Mulheres Brasil, a construção dialética da identidade política.

Autora: Maria da Conceição Dantas Moura

Marcha Mundial das Mulheres Brasil, a construção dialética da identidade política

A partir de uma leitura da ação da Marcha Mundial das Mulheres -MMM Brasil, contextualizada em um processo histórico de retomada dos movimentos sociais e de um reposicionamento do movimento feminista internacional, este artigo tem o objetivo de analisar a identidade política da MMM Brasil e a construção da unidade internacional deste movimento.

Para tanto, pretende historicizar a trajetória de construção da MMM BRASIL considerando sua dinâmica política, suas formas organizativas inovadoras e suas lutas locais e internacionais como elementos constitutivos de sua identidade.

Historicamente, o movimento feminista tem se constituído como questionador da ordem estabelecida. A discussão que o norteia baseia-se no questionamento das relações patriarcais, da afirmação que não existe uma separação ou independência entre a produção e reprodução entre o público e o privado, rejeitando a dicotomia entre pessoal e político. Com este questionamento mostra a contribuição das mulheres para a sustentação da vida, em particular com na realização dos trabalhos domésticos e de cuidados e denuncia que o modelo em curso se sustenta sobre o trabalho não reconhecido das mulheres. Questão que coloca hoje a insustentabilidade desse modelo e que existe uma crise da reprodução que necessita ser discutida e transformada.

Este movimento, tem se globalizado desde os anos setenta. Na América Latina e no Caribe, segundo Faria (2005) durante os anos 1980, ocorreu uma ampliação do debate e da organização feminista nos setores populares, já nos anos 90, em um contexto de neoliberalismo, o movimento latino americano foi hegemonizado por um setor do feminismo que inicialmente não conseguia fazer uma crítica incisiva ao processo de globalização neoliberal. O processo de globalização era avaliado como irreversível e percebido a partir de suas implicações benéficas e maléficas para a vida das mulheres. A argumentação baseava-se na idéia de que estados nacionais haviam perdido seu poder de

definir políticas e analisava a globalização a partir dos impactos causados e não do questionamento de sua lógica neoliberal e agudização da desigualdade ou de busca de sua superação. Isso fazia com que os olhares para o processo fossem feitos a partir dos aspectos positivos e negativos e não a partir da construção das estratégias para transformações gerais. Houve, “um deslocamento de um debate mais geral sobre as mudanças, até mesmo no plano ideológico, para um debate no campo apenas da normatização dos direitos e das propostas de políticas públicas” (NALU,2005. p.17). No entanto, segundo a autora, com a ofensiva neoliberal, quem definia a vida das mulheres era o mercado. Neste período existia um consenso político de parte da sociedade civil organizada de que a ordem social exigia a construção de parceria e não mais transformações gerais ou contestação de rua.

No interior do movimento feminista, ampliava-se a hegemonia do discurso de ação nos espaços institucionais. Neste discurso, manifestava-se a definição de fazer o possível, sem pretender mudanças estruturais. A partir desse posicionamento a maioria do movimento priorizou como agenda a participação no ciclo de conferências da Organização das Nações Unidas- ONU, iniciada com a ECO 92 no Rio de Janeiro. Em 1995, com a realização da IV Conferência da Mulher, em Pequim, ocorreu um envolvimento intenso de grande parte do movimento feminista. Como resultado, o evento teve impacto em amplos setores da sociedade, seja no movimento feminista ou em outros setores não feministas. O evento tornou-se uma referência para a academia, movimentos sociais e governos.

Neste mesmo período, as mulheres de Quebec estavam organizando uma grande ação de rua denominada Pão e Rosas, que deu origem à Marcha Mundial das Mulheres. Pão e Rosas simbolizavam o protesto contra a pobreza e a violência. Essa manifestação já tinha o espírito dos movimentos antiglobalização, fazendo uma crítica global ao sistema. Essas mulheres foram à conferência de Pequim não para pactuar qualquer agenda de monitoramento, mas para divulgar e conquistar adesões da grande ação que se avizinhava para o ano 2000.

De acordo com Faria (2005) a IV Conferência da Mulher impactou o movimento feminista em dois aspectos importantes: na dinâmica política e nos processos organizativos:

(...) do ponto de vista da dinâmica do movimento, na segunda metade dos anos 1990, as ações foram direcionadas para consolidar os chamados avanços das conferências por meio dos processos de *lobby*, monitoramento e consultorias, em particular das ONGs. (...) Do ponto de vista organizativo, nesse período acirrou-se um problema anterior do movimento de mulheres, cuja fragmentação e a inexistência de espaços consolidados de democracia interna permitiram a uma ONG ou a uma “feminista histórica” assumir a legitimidade para falar em nome do movimento ou até das mulheres em geral, colocando-se portanto como intermediária do movimento em relação ao Estado e às organizações multilaterais.(Faria,2005 p.19-20).

A dinâmica pós conferências foi marcada por um discurso triunfalista deste setor do feminismo, que considerava um grande êxito os temas das mulheres estarem inscritos nessas plataformas. Consideravam que agenda então seria monitorar as recomendações, a partir da implementação de políticas públicas. No entanto, se estava na verdade falando de políticas focais sem questionar o caráter do Estado nos marcos do neoliberalismo. Já do ponto de vista organizativo, ampliou o poder das ONG's e das chamadas feministas históricas, cada vez mais o movimento distanciava-se de uma política democrática e ampliava a legitimidade destes setores nas relações institucionais com a ONU, com os poderes legislativos e executivos dos países integrantes da Organização das Nações Unidas.

No final dos anos noventa e início do novo século, inicia-se a construção do chamado movimento antiglobalização, que fazia uma crítica global ao sistema econômico, baseado na acumulação no lucro e na supremacia do mercado financeiro, sem considerar qualquer direito garantido do trabalho e baseado no fortalecimento da política capitalista de mercantilização da vida, da natureza das relações e do corpo das mulheres.

Com o aumento da resistência internacional, o consenso de Washington, que predominava até então, entrou em questionamento, em 1999. O movimento ecoa pelas ruas de Seattle com uma manifestação com mais de 50 mil pessoas

na reunião da OMC, conseguindo a suspensão da reunião por força da mobilização. Nas ações seguintes, coordenadas pelo capital internacional¹ foram acompanhadas por grandes manifestações de um movimento que emergia com características horizontais e contagiava os diversos setores dos movimentos sociais (**Roure, 2011**).

Sobre as características do movimento antiglobalização, podemos acordar com o que diz Nobre e Faria (2003) quando dialogam sobre como as ações repressoras do estado tiveram dificuldades de conter as manifestações de Seattle no momento em que, segundo as autoras, deparou-se com uma nova forma de mobilização, supostamente sem coordenação, “(...) não tem um foco visível de coordenação: um carro de som, um dirigente dando ordens. Todas e todos os presentes estão conscientes e, portanto, implicadas na construção do que será a manifestação pública” (Nobre e Faria, 2003. P.628). Essa característica singular do novo movimento demonstra uma estrutura organizativa horizontalizada, ainda não experimentada, no processo hegemônico da esquerda internacional.

Neste contexto, o movimento feminista inaugura outros transnacionalismos com processos novos que vão além das fronteiras nacionais e das agendas atreladas aos organismos internacionais, segundo Alvarez (2003) os feminismos constroem “espaços públicos alternativos e contra-hegemônicos, em nível regional e global, nos quais novos sentidos, identidades, práticas transgressivas, rebeldias e resistências são forjados e retroalimentados” (Alvarez, 2003, p.535). Especificamente, podemos apontar o Fórum Social Mundial como um dos espaços de convergência internacional de maior relevância para os movimentos sociais no início do século. Ele oportunizou ao movimento feminista ambiente propício para constituir novas identidades baseadas nas lutas concretas de questionamento ao atual modelo.

A Marcha Mundial das Mulheres insere-se nesse processo como um movimento que aponta para convergências com este movimento chamado

¹ As ações seguintes podem ser sintetizadas em encontros do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, e nas reuniões do G-8 em Gênova, Calgary, ou ainda durante o encontro da OMC, em Cancún, no México e demais reuniões dos organismos multilaterais.

antiglobalização, tendo como principais pontos em comuns: a crítica ao sistema capitalista, formas de organização que articulam o local ao internacional, priorização das manifestações públicas, construção de novas dinâmicas e novos processos organizativos (Nobre e Faria, 2003).

Marcha Mundial das Mulheres (MMM) no Brasil: um movimento para transformar a vida inteira

A Marcha Mundial das Mulheres surgiu com uma agenda contra a pobreza e a violência sexista. Nasce- como já mencionado- como parte dos movimentos anti-globalização, a partir da experiência da Federação de Mulheres de Quebec. Resignifica as palavras pobreza e violência para além das promessas contidas nas declarações dos organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas – ONU. Em seus documentos oficiais, A ONU se compromete a construir ações de combate à pobreza e à violência contra as mulheres, em um contexto neoliberal que só ampliava a realidade de desigualdade e concentração de riquezas nas regiões mais pobres do mundo.

A MMM reposiciona o questionamento global ao sistema capitalista e patriarcal que promove e legitima a pobreza e violência entre as mulheres. Logo na sua constituição, “(...) Trazia um debate crítico às causas estruturais da pobreza e também a possibilidade de construir uma articulação crítica pelas mulheres em relação à economia” (TORNQUIST e FLEISCHER, 2012. P.295).²

Neste sentido, promove um debate cujo epicentro não seja a implementação de políticas compensatórias, mas a discussão acerca de como construir transformações em todo o sistema capitalista, na esfera produtiva e reprodutiva. Sendo assim, pode-se considerar que a construção da MMM está na contramão da agenda de Conferências da ONU. Rompe com a dinâmica do movimento feminista imposta por essas conferências.

Sobre a agenda e composição da Marcha, Nalu Faria da Silva, em seu discurso de encerramento da ação internacional de 2005, diz: “somos um

² Entrevista concedida pela dirigente nacional da Marcha Mundial de Mulheres Nalu Faria Silva

movimento que se propõe a transformar o mundo e o nosso país, essa força de transformação vem das mulheres urbanas e rurais, mulheres negras, jovens, lésbicas e por muitas que nos seguirão (...).(Marcha,2010)³

A partir do discurso e dos materiais produzidos, podemos perceber que a MMM Brasil questiona a posição de setores do feminismo de centrar as ações no campo institucional e constrói uma agenda de transformação global capaz de incorporar os diversos setores e dar conta da totalidade da problemática das mulheres.

A construção da MMM Brasil, em 2000 foi o marco da retomada das ações de rua do movimento feminista, com crítica ao atual modelo capitalista e androcêntrico. Em adesão à Marcha Mundial das Mulheres, tivemos a primeira edição da Marcha das Margaridas, realizada pelas mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) com mais de vinte mil mulheres nas ruas de Brasília, questionando o modelo de desenvolvimento em curso no País. A maior manifestação nacional de rua organizada pelas mulheres registrada pela história do Brasil até então.

Desde a sua constituição, a MMM Brasil edificou-se como um movimento ancorado nas lutas internacionais e passa a introduzir-se nesses espaços, como por exemplo, o Fórum Social Mundial. Nessa intervenção apresenta temas fundamentais para uma releitura das estruturas econômicas do país, através do reconhecimento e da valorização do trabalho de reprodução e do cuidado realizado historicamente pelas mulheres e constrói uma ótica de leitura da sociedade a partir das relações sociais de sexos (Kergoat, 2009) ou das relações de gênero. Demonstra que essas relações estruturam as relações sociais, separam e hierarquizam socialmente as tarefas de homens e mulheres.

³ A ação internacional de 2005, uma manifestação que levou milhares de mulheres às ruas, seu lançamento 08 de março de 2005, ocorreu em São Paulo/Brasil. Nesta ação internacional a Marcha construiu a Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade, em que expressa sua visão das alternativas econômicas, sociais e culturais para a construção de um mundo fundado nos princípios da igualdade, liberdade, justiça, paz e solidariedade entre os povos e seres humanos em geral, respeitando o meio ambiente e a biodiversidade. Essa ação foi realizada de 8 de março a 17 de outubro daquele ano. A carta e a colcha feita a partir de um retalho de cada país culminou em um Mosaico Mundial de Solidariedade, uma forma simbólica de representar a Carta que percorreu os 60 países envolvidos na ação .. <http://sof.org.br/marcha/?pagina=aMarcha>

Como afirma Nobre e Faria (2003), “o capitalismo expande suas fronteiras do mercado, é possível comprar e vender relações interpessoais” (p.626). Paradoxalmente, esse mesmo sistema dicotomiza a esfera da produção e a reprodução ou produção do viver. O trabalho realizado dentro de casa e na comunidade está fora do mercado e da sua contabilidade, no entanto, sustenta seu funcionamento e perpetuação.

No Fórum Social Mundial de 2003, a MMM/ Brasil constrói a discussão da sociedade de mercado explicitando a discussão do conservadorismo explorado pela ideologia neoliberal na qual impõem um padrão de beleza e comportamento às mulheres. Neste sentido, as mulheres reduzem a autonomia sobre seu corpo, já que, quando não se enquadram nessa ditadura de mercado, a correção é feita com a utilização da violência simbólica.

Neste sentido, também propõe um debate acerca do controle do corpo e da vida das mulheres. A MMM Brasil reafirma o direito ao aborto como uma de suas bandeiras, enfatizando que queremos construir um mundo no qual as mulheres tenham autonomia sobre seu corpo e sejam respeitadas nas suas decisões de optar por ser mãe ou não. Debate com o conjunto do FSM e na assembléia dos movimentos sociais que o direito das mulheres ao aborto deve fazer parte do outro mundo que se quer construir. (Material da MMM fórum social mundial 2003).

Com essas propostas constituídas de uma análise crítica e de um campo de ação em nível internacional fortalecido no FSM, a MMM Brasil reativa o movimento de mulheres em ações de rua e contribui com a elaboração da pressão internacional para estabelecer, tanto em nível local como internacional as mudanças de análise e ação sobre a nova ordem mundial chamada neoliberalismo. Foi neste contexto e com uma leitura feminista da realidade que a MMM internacional e a MMM Brasil constroem o debate contra o livre comércio e teceu as ações da campanha contra a ALCA- Área de Livre Comércio das Américas.

Para maior entendimento consideramos importante explicitar as contribuições da MMM Brasil para a construção de agendas do conjunto dos movimentos sociais do país.

Outra agenda é possível: construção da identidade e contribuição da MMM nas agendas de mobilização nacional

No plano teórico, a construção de um movimento dessa natureza traz conceitos fundamentais. Destes, podemos citar a multiplicidade do sujeito da mudança, questionando a compreensão de uma vanguarda única que vai dirigir o processo histórico (MOND, 2003); e a necessidade de uma abordagem feminista da economia (CARRASCO, 2008) que integra a produção com a reprodução como unidade e não como campos opostos. São conceitos que propõem uma leitura dialética entre movimento e prática, debatendo que a mudança não é o único fim de um projeto de transformação, mas todo o processo de construção da mudança. E as práticas exercidas durante a trajetória de construção são elementos fundamentais da transformação (MOND, 2003).

A construção da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil iniciou-se em outubro de 1999, quando foi realizada a primeira reunião nacional. Como já mencionado, nesta reunião, as mulheres da CONTAG apresentaram a proposta de realizar a Marcha das Margaridas em agosto, em adesão à MMM Brasil. Entre 8 de março e 17 de outubro de 2000, foram realizadas inúmeras atividades em todos os estados Brasileiros. Foi a partir do impacto que essa articulação ocasionou ao movimento feminista do Brasil que várias brasileiras se posicionaram pela continuidade dessa articulação como um movimento permanente. Inicia-se uma nova fase no movimento feminista no Brasil, no qual a MMM Brasil propõe agendas fundamentais para mudar os rumos da mobilização do movimento das mulheres.

No Brasil, durante toda a década de 1990, houve um esvaziamento das manifestações públicas ocorridas no dia 8 de março, tornando sua realização um fardo para parte do setor do movimento feminista, que vivenciavam a

dificuldade de articular ações de rua, pelo fato de se voltarem a uma agenda de monitoramento de políticas e diálogo com as instituições. No ano 2000, com a articulação da MMM Brasil foi uma das ações de maior amplitude e unidade do movimento feminista brasileiro daquele período.

Para explicitar a contribuição da MMM Brasil na agenda nacional dos movimentos sociais, apresentaremos três ações protagonizadas pela MMM que contribuiu para as dinâmicas dos movimentos sociais no Brasil e ao mesmo tempo, fortaleceu sua identidade política: A campanha pela valorização do salário mínimo, ofensiva contra a Mercantilização do corpo e da vida das mulheres e a ação de solidariedade internacional às mulheres de Apodi.

Campanha de Valorização do Salário Mínimo: um luta contra a pobreza entre as mulheres

Em 2001, quando inaugurava uma nova conjuntura nacional com a vitória de um governo progressista, na qual apontava momentos propícios para retomada de reivindicações diante do estado, a MMM Brasil iniciava a elaboração de uma proposta de valorização do salário mínimo, entendendo que esta constitui política para ampliar a autonomia econômica das mulheres. A permanente abordagem feminista de temas considerados “gerais” fez com que a MMM Brasil problematizasse o debate acerca da valorização do salário mínimo como um tema de mulheres, pois afeta diretamente a grande maioria das mulheres trabalhadoras do país⁴.

A proposta de revisão do salário mínimo nacional contou com a contribuição de pesquisadores e pesquisadoras da Universidade de Campinas (UNICAMP) e o diálogo com as mulheres dos movimentos sociais, em especial MST, CONTAG e CUT.

⁴ De acordo com os dados do IBGE de 2001 71,3% das mulheres que trabalham ganham até dois salários mínimos. O aumento do salário mínimo beneficiaria a mais de 70% das mulheres Brasileiras.

A proposta consistia em dobrar o valor do salário mínimo ao longo de quatro anos, com um reajuste a partir dos índices da inflação acrescido de um aumento real de 19%. Segundo a Marcha Brasil, quase vinte milhões de mulheres que recebem até dois salários mínimos no país melhoraria suas vidas.

Na primeira Conferência Nacional de Políticas para as mulheres, o Jornal da Marcha (Marcha, 2004) expõe alguns dos argumentos construídos pela MMM Brasil para o aumento do salário mínimo, a nosso ver, estes representam a relação dialética entre as transformações gerais da classe trabalhadora e a mudança na vida das mulheres⁵. Para o efeito de análise proposta com este artigo, sintetizamos a proposta argumentativa em alguns eixos centrais, a seguir:

- 1- A valorização do salário mínimo reduz a exploração de homens e mulheres trabalhadoras, que passam a receber uma quantia maior do que produzem em termos de riqueza;
- 2- Com a valorização do salário mínimo, amplia-se o consumo de massa e se proporciona a dinamização da economia. Com um maior consumo interno, o comércio precisaria de mais produtos de consumo massa. Por sua vez, a indústria ampliaria sua produção, exigindo uma organização da economia voltada para a produção interna;
- 3- Nos pequenos municípios, haveria um impacto positivo, com mais dinheiro circulando internamente, melhorando o comércio e a economia das regiões mais pobres e evitando a migração para as grandes cidades.

A Campanha reposiciona o tema na pauta nacional em um momento que os movimentos sociais ampliavam o diálogo com o governo federal. Neste mesmo período a Central Única dos Trabalhadores-CUT negociava com o governo federal uma proposta de aumento do salário mínimo. Por diversas vezes, a Marcha foi chamada a debater sobre a proposta em negociação.

⁵ Os Argumentos abaixo descritos estão contidos no jornal da Marcha Mundial das mulheres, especial para a I conferência Nacional de políticas para as Mulheres, julho 2004.

Nos momentos de mobilizações seguintes, os diversos movimentos colocaram como parte da pauta nacional a proposta de valorização do salário mínimo. Dentre os quais, a Marcha das Margaridas, em 2003; A Jornada Nacional de Lutas do Movimento dos trabalhadores Sem Terra-MST, 2004; Pauta da Coordenação dos Movimentos Sociais-CMS,2003/2004 e o Grito da Terra Brasil- CONTAG, 2004.

A MMM Brasil questionou, naquele período, a decisão do governo de reajustar o salário mínimo apenas com as perdas da inflação, sem um aumento real significativo.⁶

Do ponto de vista do movimento de mulheres, a Campanha de Valorização do Salário Mínimo foi importante para mobilizar mulheres urbanas e rurais de todas as regiões e todas as raças do país, em torno de uma proposta na qual se sentiram representadas. Do ponto de vista político, colocou a MMM Brasil como um movimento que discute as questões nacionais a partir de uma proposta feminista. Do ponto de vista pedagógico, as mulheres tiveram a oportunidade de discutir e apreender questões econômicas ainda não debatidas no movimento de mulheres:

“Somos mulheres e não mercadoria”: a Ofensiva contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres

A MMM construiu, em conjunto com os movimentos sociais, todo o processo da luta contra os acordos de livre comércio. Na América Latina e Caribe isto se materializou na luta contra os Tratados de Livre Comércio-TLC's e Campanha contra Área de Livre Comércio das América- ALCA.

No Brasil, a campanha contra a ALCA teve uma importante contribuição para construção de agendas unitárias dos movimentos sociais do país. A MMM Brasil se envolveu em todos os processos da campanha. Foi no seio das ações contra o livre comércio que a marcha elaborou uma leitura feminista acerca das implicações da sociedade regida pelo mercado e de suas conseqüências

⁶ Ver jornal da Marcha, julho de 2004

vivenciadas pelas mulheres. Naquele período, afirmava que o mercado define a vida das mulheres e que vivemos em um momento de mercantilização da vida, da natureza, das pessoas e das mulheres.

Tais debates conduziram a MMM a construir a ofensiva contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres. Esta, protagonizada pelas jovens militantes da MMM Brasil, “coloca em xeque os estereótipos de beleza, a homogeneização dos corpos, o sexo comprado, a imposição da maternidade” (MMM, 2005).

Ainda segundo o caderno da MMM Brasil, produzido para o seu I encontro Nacional em 2006, nesta sociedade de mercado as mulheres são reduzidas a coisas, pois os corpos são controlados e moldados como produtos. Dito de outra maneira, existe um padrão de beleza que impõe um modelo de corpo para as mulheres, só adquirido se esta seguir a cartilha ditada pelo mercado.

A Ofensiva Contra a Mercantilização do Corpo e da Vida das Mulheres foi lançada em 2004 como uma ação permanente, é construída como acúmulo das ações e discussões protagonizadas pela MMM e tem como objetivo articular e intensificar as ações que já eram realizadas.

De acordo com depoimento da coordenadora da MMM Brasil⁶, a ofensiva tem como estratégia denunciar o machismo na sociedade de mercado, através de “colagem de cartazes, intervenção em cartazes publicitários, ações de rua com batucada, debates sobre letras de música, publicidade na TV e em revistas e padrões de beleza” (TORNQUIST e FLEISCHER, 2012. P.311).

Com essa pauta, a MMM conseguiu inaugurar uma nova agenda pra o movimento feminista e aglutinou jovens dos diversos setores: estudantil da União Nacional dos estudantes e demais setores, jovens rurais e urbanas, do meio popular e dos setores de arte e cultura.

Com a formação da Batucada feminista, a ofensiva ganha ações de rua que embalam manifestações da MMM Brasil e fortalecem a construção da sua

identidade política. Mais uma vez, a MMM Brasil inaugura ações com batuque transformando-o como um instrumento político que potencializa suas ações.

Sobre a formação da batucada vejamos o que os registros nos contam:

“(...) a batucada na MMM, como uma expressão de nossa ação feminista, iniciou com as mulheres do Rio Grande do Norte no FSM, em 2003. Essa experiência somou e inovou uma linguagem própria da MMM. Possibilitou ocupar plenamente o espaço público desde os nossos sons, que produzimos dos tambores e das latas, e de nossas vozes, com gritos que fortalecem uma ação feminista irreverente. O ritmo, o visual e a rebeldia da batucada feminista já apareceram nas manifestações do 8 de março de 2003 em alguns estados”. (TORNQUIST e FLEISCHER,2012. p.311)

Deste então, a batucada feminista é considerada um instrumento de luta fundamental nas diversas atividades da MMM Brasil e se constitui como parte da identidade política deste movimento. É importante lembrar que os instrumentos de batuque sempre foram importantes para a esquerda mundial, desde os períodos mais primórdios, como a luta contra o fascismo na Europa ou na revolução russa, era utilizado percussão em suas manifestações. No entanto, diversos movimentos sociais vinham tentando reproduzir esta forma de manifestação sem continuidade. - Há registros de movimentos com batuque nas ações diretas da esquerda mundial e nos chamados frentes de massas. A MMM Brasil consegue construir um Batuque que junto com as coloridas bandeiras representam o significado de fazer um movimento com a radicalidade que a realidade exige e com a austeridade e leveza que sua identidade consegue expressar.

Do local ao internacional: a solidariedade às mulheres de Apodi/RN

Desde 2011 os movimentos sociais se manifestam contra a instalação do perímetro irrigado no município de Apodi/RN coordenado pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca. O movimento alerta em seus materiais que esse projeto irá desapropriar mais de 13 mil hectares de terra na região da Chapada do Apodi/RN e expulsará centenas de homens e mulheres do campo,

interrompendo os processos de agroecologia, biodiversidade e soberania alimentar que estão em curso na Região. (<http://sof.org.br/marcha/>)

Os afetados e afetadas pela obra, na grande maioria, é constituído de militantes dos movimentos sociais que “serão expulsos de suas casas, de suas terras e de uma história de afirmação da agricultura camponesa, baseada na agroecologia e na soberania alimentar, que vem sendo construída por esses trabalhadores e trabalhadoras há mais de 60 anos”. (<http://sof.org.br/marcha/>)

Segundo os movimento da região, esse projeto coordenado pelo DNOCS só interessa à 5 (cinco) grupos de empresários do hidro e agronegócio, desviando as águas da Barragem de Santa Cruz do Apodi para a irrigação do latifúndio. A ação dessas empresas em regiões próximas já mostrou seus efeitos perversos: contaminação da água, da terra e do ar com veneno usado nas plantações e exploração do trabalho de mulheres e homens no campo.

Em agosto de 2011, as mulheres da MMM em conjunto com a comissão de Mulheres do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras rurais-STTR do município de Apodi- iniciou uma campanha contrária ao projeto, esta campanha enviou cerca de 2000 cartas endereçadas à Presidência da República, reivindicando a revogação. Ao mesmo tempo, recebiam solidariedade de todos e todas que desejam construir um mundo igual para homens e mulheres.

A solidariedade internacional entre as militantes é um exemplo do significado do pertencimento internacional. A MMM Brasil sempre respondeu aos chamados das demais Coordenações Nacionais. Em 2011, foi à vez dos demais países responderem ao chamado da MMM/Brasil.

Neste mesmo período estava no processo de organização do encontro internacional da MMM, quando a MMM/Brasil solicitou a solidariedade dos países para as mulheres de Apodi foi expressiva a solidariedade. De acordo com as informações do secretário internacional e do STTR- Apodi mais de quarenta países respondeu ao chamado brasileiro exigindo do governo brasileiro a revogação de um decreto do Decreto Nº 0-001 de 10 de Junho de 2011.

Esse fato nos revela que a partir de uma ação de característica local, teve uma dimensão internacional pela forma de construção da identidade política da MMM que segundo Conway(2007) “A Marcha Mundial de Mulheres(...) tem suas raízes nas lutas locais de sobrevivência das mulheres pobres e está claramente alinhada com os movimentos massivos por justiça econômica(...)” (Conway,2007.p.09).

Ao mesmo tempo, o transacionalismo da MMM é constituído com enraizamentos locais. Vejamos o que afirma a autora considerando a identidade da MMMM:

Desde seu início, a MMM representou um tipo diferente de transnacionalismo feminista, orientado à construção do movimento, totalmente consciente da necessidade de formar uma rede global de ativistas enraizadas em seus próprios lugares e os desafios de negociar considerando as diferenças locais. (Conway,2007.p.08).

Desta forma, a solidariedade revelada no caso das Mulheres de Apodi demonstra na prática uma identidade apresentada pela autora que consiste em ações locais com transformações de dimensões internacionais.

A identidade política-organizativa da MMM Brasil

Para o efeito de análise e de acordo com os escritos da MMM Brasil, sintetizamos alguns pontos que consideramos centrais na sua estrutura organizacional e política, isso não significa que existam outros ainda mais importantes do ponto de vista político do movimento:

Desde sua criação, a MMM Brasil optou por uma composição que incorporasse os diversos setores do movimento de mulheres. Uma das principais decisões que marcou sua composição foi considerar as mulheres dos movimentos mistos como parte constitutiva da MMM. Neste sentido, as mulheres da CUT, CONTAG, UNE são parte da coordenação. As mulheres de outros movimentos do país como os que fazem a Via Campesina são consideradas aliadas estratégicas, fazendo parte de todas as reuniões de

coordenação como convidadas e chamadas a decidir em momentos importantes da MMM Brasil;

As jovens são parte de todo o processo de construção e são dirigentes das ações. Existe uma política afirmativa, pensada conjuntamente com a MMM Internacional nas representações. A MMM Brasil tem sido fortalecida com essa política. Ampliou sua base e conseguiu construir um feminismo transformador na chamada nova geração política. Desta forma, não necessitou se construir um setor de jovens da marcha para que ocorresse um sentimento de pertencimento e de representatividade. A organização política foi capaz de contagiar diversos setores da juventude e incorporaram-os nos variados espaços do movimento;

A forma horizontalizada em que está formada constrói um respeito às diversas formas organizativas nos estados. Podem ser vistos núcleos em universidades, comitês constituídos por mulheres de base ou por professores, estados com maior relação com setores populares, outros com o movimento sindical. Estas diversas formas presentes na organização dos comitês estaduais fazem com que as lideranças se constituam a partir do fortalecimento das ações. Ou seja, quando tem uma maior frequência de ações existe uma ampliação das novas lideranças.

As práticas de convergência sempre são instrumentos utilizados pela MMM Brasil, isso significa que o movimento sempre inicia a discussão e as decisões em torno dos objetivos comuns. Não se encerra a discussão quando tem posições divergentes, pelo contrário, se fortalece o debate no interior da marcha. Um exemplo disso é o tema do aborto ou a análise de conjuntura brasileira.

Como a MMM Brasil tem uma leitura de que todas as tarefas são fundamentais na construção de um movimento, todas as dirigentes são chamadas a desenvolvê-las. No Vídeo da 3ª ação em 2010, presenciaram-se dirigentes responsáveis pela alimentação ou mesmo pela limpeza do local. Um depoimento das participantes pode sintetizar esse sentimento.⁷ “Aqui somos

todas iguais deste a coordenação até a base são responsáveis por todas as tarefas”.(relatório cf8,2010)

Por fim, de acordo com a dirigente nacional, a MMM Brasil organiza-se a partir de comitês estaduais que, em sua grande maioria é composto por mulheres de movimentos sociais, tais como: movimento sindical, grupos de base, moradia, juventude popular e movimento estudantil, rurais. Existem ainda comitês locais em universidades, municípios e setoriais. Em vários casos os comitês de base ou o estadual é o local de militância para muitas mulheres. A coordenação executiva é composta por oito membros e uma coordenação nacional com reuniões semestrais com representantes dos comitês estaduais. Essas representações são rotativas e definidas pelos estados. Hoje a secretaria executiva é coordenada pela Sempreviva Organização Feminista- SOF que se responsabiliza pela comunicação e por tarefas executivas. O acompanhamento nos estados é de responsabilidade da SOF que acompanha as regiões Norte, Sul, Sudeste e Centro Oeste e do Centro Feminista 8 de Março-CF8, do RN, que articula a região Nordeste (TORNQUIST e FLEISCHER,2012)

Considerações finais

As práticas do movimento feminista, em particular da Marcha Mundial das Mulheres são reveladoras quando estudadas, sistematizadas suas dimensões de construção de unidade, auto-gestão, construção de identidade de um movimento internacional com raízes e mudanças locais. Refiro-me, por exemplo, à prática e construção dialética das transformações globais com mudanças locais e reais na vida das mulheres.

A MMM Brasil nasce rompendo com a dinâmica hegemônica do movimento feminista e algo que pode ser considerado como elemento central é que sua constituição possibilitou uma nova composição do movimento feminista brasileiro que comportou a mudança de agenda e fortalecimento da aliança com os movimentos sociais.

Com as novas dinâmicas de articulação dos movimentos sociais e em parte com a contribuição da MMM Brasil, os temas considerados “gerais”

tornaram-se feministas, e, ao mesmo tempo, os temas considerados de mulheres tornaram-se parte da agenda dos movimentos mistos. Ou, ocorreu neste período, o chamado processo de contaminação das agendas, na tentativa de construir uma transformação geral.

A partir dos três exemplos apresentados, este artigo explicitou como a identidade política da MMM Brasil foi construída e vem influenciando a construção da MMM internacionalmente e os movimentos sociais. E como o sentimento de pertencer a um movimento internacional demarca as práticas da MMM Brasil: A solidariedade internacional entre as militantes é um exemplo do significado do pertencimento internacional.

Assim, ao analisar dialeticamente a construção da identidade política da MMM-Brasil, possibilitou descobrir a estruturas codificadas na identidade, construída por esse movimento e explicitar que para se ter um movimento coordenado e com unidade internacional e ao mesmo tempo concretizar lutas locais para mudanças reais na vida das mulheres foi necessário experimentar novas formas de fazer movimento social com coordenação, tomada decisão e de gestão inovadoras e horizontalizada, comparado com o tradicionalismo do movimento internacional .

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, Sonia E. **Um outro mundo (também feminista...) é possível:** construindo espaços transnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos. In:Rev. Estud. Fem. vol.11 no.2 Florianópolis 2003 .

CARRASCO, Cristina. **Por uma economia não androcêntrica:** Debates da economia feminista. IN: SILVEIRA e TITO (ORG). Trabalho Doméstico e de cuidado:por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. sof. São Paulo, 2008.

CONWAY, Janet.Texto enviado em 6 de junho de 2007 como sugestão de capítulo para o livro **Transnationalizing Women's Movements:** Solidarities Without Borders, das autoras Pascale Dufour, Dominique Masson e Dominique Caouette. Editora UBC (University of British Columbia). Disponível no sitio: http://www.forumsocialmundial.org.br/noticias_textos.php?cd_news=424 Visitado em 20.08.2012.

FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam. **Feminismo em movimento:** Temas e processos organizativos Da marcha mundial das mulheres no fórum social mundial. IN:Estudos Feministas, Florianópolis, 11(2): 623-632, 2003.

_____. **O feminismo latino-americano e caribenho:** perspectivas diante do neoliberalismo.IN: Desafios do Livre Mercado para o Feminismo. FARIA, Nalu , POULIN, Richard (ORG). SOF,São Paulo,2005.

Jornal da Marchamundial das mulheres, Janeiro de 2003, janeiro de 2005 e Junho de 2007

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo.** In: HIRATA, Helena; et al. (orgs.). Dicionário crítico feminino: Unesp São Paulo, 2009

Material do I encontro da Marcha Mundial das Mulheres Brasil, Belo Horizonte, 2006

MATTE, Diane. **Um espaço para a mudança**. IN: Rev. Estud. Fem. vol.11 no.2 Florianópolis, 2003 .

MOND, Nadia de. **Construindo espaços transnacionais a partir dos feminismos**. IN: Rev. Estud. Fem. vol.11 no.2 Florianópolis, RELATORIO. Centro Feminista 8 de Março,2010- Avaliação da Ação 2010.

ROURE, Sarah de. La experiencia de la *Marcha Mundial de las Mujeres* en Brasil: **contexto, orígenes y características de un movimiento feminista**. Máster en Cooperación Internacional y Desarrollo.UPV/EHU Hegoa, Bilbao, 2011.

TORNQUIST, Carmen Susana e FLEISCHER, Soraya Resende. **Sobre a marcha mundial das mulheres**: entrevista com Nalu Faria. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2012, vol.20, n.1, pp. 291-312. ISSN 0104-026X.